

Leite propõe elevar alíquota de ICMS para 19% e dar benefícios a empresas

Projeto que eleva alíquota de ICMS para 19% vai para a Assembleia

Governo estadual inclui também medidas como renegociação de dívida com descontos e benefícios para alguns setores

RAFAEL VIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

O governo estadual protocolou, ontem, na Assembleia Legislativa, o projeto que prevê a ampliação da alíquota modal do ICMS, ou seja, o teto para cobrança do principal tributo estadual, dos atuais 17% para 19%. Também foram incluídas outras medidas, como programas de renegociação de dívida com descontos, mitigação de litígios e benefícios para alguns setores.

A proposta deverá ser votada em 14 de maio. Em sua apresentação, o governador Eduardo Leite estimou o incremento da arrecadação em torno de R\$ 3 bilhões.

O movimento ocorre após cinco meses de discussões. Inicialmente, a pretensão do Piratini era por alíquota de 19,5%, capaz de incrementar em mais de R\$ 3 bilhões por ano as receitas do RS. Alvo de intensa reação de entidades, o plano foi alterado e passou a contemplar a revisão e corte de incentivos fiscais concedidos a alguns setores da economia e também itens da cesta básica.

Mudança

O “plano B” ampliou as críticas no setor produtivo e ensejou a prorrogação da vigência das medidas em 30 dias, para maio.

As medidas**ICMS GERAL**

- Ampliação da alíquota modal do tributo de 17% para 19%.

REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS

- Programa fiscal oferece descontos que podem chegar a 70% dos valores das dívidas e opção de parcelamento em até 145 meses, com potencial para arrecadar R\$ 300 milhões ainda neste ano.

REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Programa de incentivo com foco em priorizar contribuintes com histórico de boa relação com o Fisco, similar ao que ocorre com a concessão de crédito para pessoas físicas, em que as que apresentam os melhores históricos de pagamentos têm vantagens sobre as demais.



Proposta foi apresentada pelo governador Eduardo Leite no Palácio Piratini

Recentemente, um grupo de empresários mais ligados ao agronegócio apresentou a proposta de elevar a alíquota básica do ICMS de 17% para 19%, para evitar a revisão dos incentivos fiscais que entraria em vigor. Outra ala empresarial resiste.

– O que realmente derruba os decretos não são medidas judiciais e populismo fiscal, o que derruba os decretos é viabilizar alternativa de sustentabilidade fiscal que permita ao RS pagar suas contas e investir em serviços – declarou Leite.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, Leite afirmou que decidiu enviar à Assembleia novo projeto por entender que, diferentemente do que ocorreu no final do ano passado, agora, há condições políticas para aprovar a proposta.

– No momento que mandamos esse projeto é porque observamos, sim, condições de aprová-lo. Quem quer realmente derrubar os decretos (de corte de benefícios fiscais) se manifestará a favor deste projeto (de aumento de ICMS) – disse Leite, em entrevista à rádio.

O governador argumenta que ou a alíquota geral de ICMS será elevada com apoio dos deputados estaduais ou ele colocará em vigor os decretos que cortam benefícios fiscais. As duas medidas, na prática, significam aumento de imposto – com previsão de alta na arrecadação.

– Se não houver a deliberação (do projeto de aumento da alíquota) ou se a deliberação for negativa, o caminho que se seguirá será o dos decretos que retiram incentivos fiscais, inclusive da cesta básica – alertou Leite.

Federasul critica iniciativa

Após a divulgação das medidas do Piratini, o presidente da Federasul, Rodrigo Souza Costa, afirmou que a entidade continua em contato com parlamentares e busca demonstrar que o aumento de impostos contraria as necessidades do Estado, uma vez que há recortes de falências de empresas e a quantidade de recuperações judiciais aumentou cinco vezes em um ano.

– Isso sem falar na quantidade de pessoas ligadas à agropecuária atingidas pelas chuvas e que ainda não aparecem nas pesquisas – acrescentou o dirigente.

“Minoria”

De acordo com Costa, sustentar o aumento de impostos com base em 30 entidades empresariais, enquanto o manifesto da Federasul chega a 300 assinaturas, é “dar voz a uma minoria silenciosa”.

– Há casos em que o presidente da entidade apoia o governo, mas os 14 associados que compõem essa mesma entidade assinaram o nosso manifesto – disse Costa, ao comentar que ainda não sabe se as medidas apresentadas junto ao aumento da alíquota “servirão para tentar angariar mais apoio” em segmentos específicos.

– Mas ao contrário da instabilidade do governo, que propõe, volta atrás e depois desiste, nós agimos por princípios e não podemos deixar de marcar posição contrária ao aumento dos impostos – acrescentou o dirigente, lembrando que a arrecadação do governo no primeiro trimestre de 2024 superou em R\$ 2,3 bilhões a apurada em igual período de 2023.

“
Agimos por princípios e não podemos deixar de marcar posição contrária ao aumento dos impostos.”

RODRIGO SOUZA COSTA
Presidente da Federasul**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 7